

Desejo é de exercer um papel mais relevante

Luiz Augusto de Castro Neves

Em termos de substância, a política externa brasileira pouco tem variado ao longo das últimas duas décadas. Certamente ficou mais complexa e diversificada, reflexo sobretudo da importância econômica crescente do país, que é hoje a sexta economia do mundo, embora continue a ser um país em desenvolvimento, com indicadores socioeconômicos que ainda deixam muito a desejar. Pode-se dizer, a propósito, que a ascensão internacional do país é um subproduto de seu bom desempenho socioeconômico.

De qualquer modo, o crescimento da economia brasileira tem levado a transformações mais profundas na inserção internacional do Brasil. De fato, a estabilidade macroeconômica alcançada em 1994 permitiu a combinação, rara em nossa história econômica, de crescimento sem inflação e com políticas sociais inclusivas. Esse fenômeno contribuiu para viabilizar a internacionalização de numerosas empresas brasileiras, que passaram a ser, de fato, empresas multinacionais. O processo, ainda incipiente, de uma maior inserção internacional do Brasil foi decisivo para alargar os horizontes da atuação do país.

A nova visibilidade internacional tem levado a uma manifestação mais explícita do desejo de exercer papéis cada vez mais importantes, de ter novas responsabilidades, compatíveis com a importância política e econômica do país tal como ela é percebida pelas nossas lideranças. A expressão desse desejo ganhou particular relevo durante o governo Lula, quando a política externa brasileira foi marcada por um grande ativismo,

sobretudo no plano da retórica. Nesses anos, a prioridade número um da política externa era obter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Boa parte de nossa atuação internacional era de certa forma vinculada ao objetivo de conseguir mais apoios entre os países-membros da Organização das Nações Unidas para um eventual projeto de resolução que promovesse a expansão do número de membros permanentes daquele conselho. Essa foi uma das razões, por exemplo, que levou à abertura de várias embaixadas em países remotos e de escassa relevância para a política externa brasileira.

No atual governo, a aspiração brasileira permanece, embora sem o ativismo retórico do governo anterior. Aliás, a aspiração brasileira já era presente nos tempos da Liga das Nações, quando o Brasil tentou, sem êxito, virar membro permanente de seu Comitê Executivo. Quando da criação da ONU, na década de 40, Getúlio Vargas enviou um telegrama ao chanceler Pedro Leão Veloso, que se encontrava em São Francisco chefiando a delegação do Brasil à primeira conferência da ONU, reiterando nossa aspiração no sentido do "reconhecimento nessa Conferência do valor de nossa colaboração e sacrifício, assegurando-nos um lugar permanente no Conselho". Esse propósito nunca desapareceu de todo do discurso brasileiro desde então; apenas a ênfase e a sua prioridade em relação a outros temas é que variava.

Atualmente, ainda não há uma percepção mais específica

sobre os rumos da política externa brasileira. A retórica, como já mencionado, efetivamente mudou, tornou-se mais moderada e equilibrada. Quanto à substância, os objetivos enunciados ainda são genéricos e alguns deles são lugares comuns em discursos em matéria de política externa.

A crise econômica internacional e as políticas anticíclicas adotadas por vários países importantes têm sido objeto de queixas de nossas autoridades (caso do "tsunami monetário" e da "guerra cambial"), mas não se percebe uma atuação mais propositiva na política externa brasileira.

Além disso, há também certo viés ideológico que ainda permeia o discurso brasileiro em alguns fóruns internacionais. Recentemente condenamos as violações de direitos humanos na base americana de Guantánamo, mas nem uma

palavra foi dita em relação a abusos semelhantes que ocorrem no restante da ilha de Cuba (para não mencionar a reticência que caracteriza a nossa posição em relação aos eventos na Síria).

Mas é fora de dúvida que o Brasil, mercê de seu bom desempenho econômico e social dos últimos anos, adquiriu uma nova presença internacional, que não ocorreu apenas no plano retórico. Nossa agenda internacional envolve hoje, além das relações bilaterais com um número maior de países, temas globais, como o comércio, uma nova arquitetura para o sistema financeiro internacional, a questão do meio ambiente, os direitos humanos e os riscos da proliferação de armas nucleares.

O mundo mudou muito, so-

bretudo após o fim da Guerra Fria, no início da década de 90, e o fim da unipolaridade incontestada dos EUA, a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Novos e importantes atores, como a China, passaram a ser presença obrigatória nos fóruns decisórios mundiais. O Brasil também mudou, embora o seu até agora bem-sucedido processo de modernização esteja longe de uma conclusão. Essas mudanças indicam que estamos necessariamente no limiar de uma nova fase de nossas relações internacionais, com novas oportunidades e desafios, a exigir definições e menos improvisações, enfim, mais planejamento estratégico e menos retórica com pouca aderência à realidade.

As relações internacionais constituem um tema cada vez mais visível nas prioridades da sociedade brasileira, que passa a ser um ator com centralidade crescente nas definições necessárias. A nova dimensão internacional do país está a requerer sinais mais precisos sobre o papel que o Brasil quer ter no mundo do século XXI, além do insistente (e justificado) clamor por mais voz nas questões internacionais. O nosso desafio é saber dizer com clareza o que queremos e o que estamos concretamente dispostos a fazer a respeito.

Luiz Augusto de Castro Neves é presidente do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e ex-embaixador do Brasil na China, no Japão e no Paraguai

